



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



199

**Habeas Corpus nº: 0201990-7**  
**Comarca: Recife (10ª Vara Criminal)**  
**Impetrante: Defensora Pública Dra. Fernanda Marques Cornélio**  
**Paciente: Jhonatan Olimpio da Silva**  
**Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal**  
**Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade**  
**Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa**

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIMINAR. Alegação de constrangimento ilegal, por ausência de fundamentação da preventiva. Inexistência. Modificação do título da segregação. Sentença Condenatória. Denegação do direito de recorrer em liberdade fundamentado. Requisitos pessoais favoráveis não garantem a concessão do benefício. Súmula nº 86 do TJPE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0201990-7 da 10ª Vara Criminal da Comarca da Capital, em que figuram, como impetrante, a Defensora Pública Fernanda Marques Cornélio e, como paciente, **JHONATAN OLIMPIO DA SILVA**, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em DENEGAR a presente ordem de Habeas Corpus, tudo consoante consta do relatório e voto em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 26 de *junho* de 2010.

*Romero de Oliveira Andrade*  
**Des. Romero de Oliveira Andrade**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



200

**Habeas Corpus nº: 0201990-7**  
**Comarca: Recife (10ª Vara Criminal)**  
**Impetrante: Defensora Pública Dra. Fernanda Marques Cornélio**  
**Paciente: Jhonatan Olimpio da Silva**  
**Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal**  
**Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade**  
**Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa**

### RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pela Defensora Pública Dra. Fernanda Marques Cornélio, em favor de **JHONATAN OLIMPIO DA SILVA**, devidamente qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca da Capital-PE.

Alega a impetrante que a manutenção da segregação cautelar do paciente é ilegal, em razão da primariedade do paciente, da pequena gravidade do delito imputado ao mesmo (tentativa de furto qualificado) e do pronunciamento favorável do Órgão Ministerial de 1º grau. Destaca, ainda, que o decreto preventivo expedido pela autoridade impetrada encontra-se completamente desfundamentado, sem qualquer embasamento fático.

A inicial veio acompanhada de documentos (fls. 09/29).

O pedido de liminar constante da peça inaugural foi indeferido (fls.35/36).

Informações foram solicitadas à autoridade coatora, através do ofício nº 465/2009, de 10 de novembro de 2009 (fls.37).

Em 27 de novembro de 2009, a autoridade apontada como coatora prestou as informações solicitadas, ofício nº 100/2009, informando a esta Relatoria que o réu já foi sentenciado e que o mesmo responde a outro processo, nº 001.2005.129272-7, na mesma vara, por apropriação indébita (fls. 41).



201

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade**

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria em Matéria Criminal, na pessoa do Procurador de Justiça Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 45/47).

É o relatório.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.

  
**Des. Romero de Oliveira Andrade**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

202



**Habeas Corpus nº: 0201990-7**  
**Comarca: Recife (10ª Vara Criminal)**  
**Impetrante: Defensora Pública Dra. Fernanda Marques Cornélio**  
**Paciente: Jhonatan Olímpio da Silva**  
**Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal**  
**Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade**  
**Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa**

### VOTO DO RELATOR

Senhor Presidente,  
Senhores Desembargadores,  
Senhor(a) Procurador(a),

Inicialmente, importante ressaltar que o paciente foi preso em flagrante delito, por tentativa de furto qualificado, por ter, no dia 28 de março de 2009, arrombado uma das janelas e invadido um imóvel residencial situado no bairro do Vasco da Gama. Posteriormente, foi decretada sua prisão preventiva e denegado ao mesmo o benefício da liberdade provisória.

Atualmente, segundo informações da própria autoridade coatora, já foi prolatada sentença em relação ao processo em epígrafe, tendo o paciente sido condenado a 04 (quatro) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa, a ser cumprido em regime semiaberto. Na mesma decisão, foi negado ao paciente o direito de recorrer em liberdade, de forma fundamentada.

Observa-se, conseqüentemente, que o título da segregação do paciente modificou-se, pois, antes, decorria de flagrante convertido em prisão preventiva; contudo, agora, o paciente encontra-se encarcerado em razão de sentença condenatória proferida pelo Juízo de 1º grau, o qual negou ao paciente o direito de recorrer em liberdade, em virtude de seus maus antecedentes sociais e criminais, da sua contumácia delitiva - já que responde a outro processo - e por ter permanecido segregado durante toda a instrução.

Sendo assim, não encontro qualquer elemento que possa favorecer o paciente e autorizar a concessão do benefício pleiteado, nesta oportunidade.

Ressalte-se, ainda, que a presença de predicativos pessoais favoráveis, não garante ao paciente a concessão do benefício da liberdade



203



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

provisória. Neste sentido, temos a súmula nº 86 deste Tribunal: "As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva."

ISTO POSTO, acolhendo o parecer oferecido pelo Órgão Ministerial ad quem, voto pela DENEGAÇÃO da ordem.

É como voto.

Recife, 26 de janeiro de 2010

  
**DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE**  
Relator